



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

PROJETO DE LEI Nº 118, DE 2024

Institui a Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos Originários e Tradicionais.

Autor: Deputado TÚLIO GADÊLHA

Relatora: Deputada DAIANA SANTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 118, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Túlio Gadêlha, pretende instituir no Brasil a “Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos Originários e Tradicionais”. O objetivo principal da proposta é devolver artefatos culturais e históricos aos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, reconhecendo sua importância histórica, cultural e identitária.

Entre as medidas propostas, o projeto prevê a coordenação, pela União, de ações de repatriação, assegurando a participação dos povos originários na definição das iniciativas, e o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais para identificar, catalogar e devolver artefatos culturais, com a criação de um banco de dados nacional com informações detalhadas sobre esses bens.

O projeto prevê, além disso, a implementação de políticas públicas voltadas à conscientização sobre a importância da preservação e repatriação de bens culturais, bem como a devolução de artefatos com





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

significado identitário ou religioso para as comunidades de origem, possibilitando a manutenção de réplicas em situações específicas.

O autor justifica a proposição na necessidade de reparar injustiças históricas, promover o respeito à diversidade cultural e fortalecer as identidades culturais dos povos originários, em consonância com os direitos garantidos pela Constituição Federal.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, não foram apresentadas emendas ao projeto ao término do prazo regimental.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 118, de 2024, em particular no que diz respeito aos assuntos referentes às minorias, à preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País, e à promoção da igualdade racial.

Neste aspecto, o Projeto de Lei é indiscutivelmente meritório, motivo pelo qual parabenizo a iniciativa do ilustre Deputado Túlio Gadêlha.

A recente repatriação do manto sagrado do povo Tupinambá ilustra a importância deste projeto. O manto, que estava em um museu na





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

Dinamarca e agora está preservado na biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, simbolizou a reconexão do povo Tupinambá com sua ancestralidade e espiritualidade: em uma celebração emocionante, cerca de 200 indígenas, de diferentes gerações, dançaram em roda, tocaram maracás e cantaram “Nós somos os filhos, netos e bisnetos, do manto tupinambá”, reafirmando o vínculo profundo entre o manto e a identidade cultural da comunidade. Esse reencontro é um exemplo vivo da importância da repatriação para fortalecer as tradições e o orgulho dos povos indígenas, promovendo a justiça histórica e a preservação do patrimônio cultural.

A repatriação de artefatos indígenas é, assim, um passo essencial para reparar injustiças históricas e valorizar as culturas originárias, garantindo o reconhecimento de sua contribuição para a diversidade cultural e histórica do Brasil. Esses bens, muitas vezes retirados de forma coercitiva ou ilegal, representam não apenas objetos materiais, mas também elementos identitários, espirituais e históricos das comunidades indígenas. A devolução dos artefatos possibilita a restauração de laços culturais, o fortalecimento da memória coletiva e a preservação de práticas ancestrais, além de afirmar o direito à autodeterminação desses povos sobre seu patrimônio cultural.

Apesar da importância da repatriação de artefatos de populações indígenas, infelizmente não há ainda um marco jurídico que regule de forma específica e abrangente os procedimentos, critérios e responsabilidades envolvidos no processo, nem mecanismos claros para garantir a participação efetiva dessas comunidades no planejamento e na execução das ações relacionadas – lacuna esta que o Projeto de Lei nº 118, de 2024, vem sanar.

Em que pese o louvável trabalho realizado pelo autor, apresento, nesta oportunidade, Substitutivo ao PL, refletindo o compromisso de aperfeiçoar o texto original para torná-lo mais abrangente, preciso e alinhado aos direitos dos povos indígenas.

Entre as principais modificações introduzidas pelo substitutivo, destaco a substituição do termo "povos originários" por "povos e comunidades





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

indígenas", garantindo maior precisão conceitual e alinhamento com a legislação brasileira e tratados internacionais.

Além disso, o substitutivo traz definições detalhadas de conceitos fundamentais, como "artefatos de povos e comunidades indígenas", "expressões culturais tradicionais", seguindo a terminologia adotada pela OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), e "arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais". Essas definições ampliam a clareza do texto legal e garantem maior segurança jurídica para sua aplicação.

O substitutivo também reorganizou o art. 3º em cinco eixos temáticos, detalhando os objetivos da Política Nacional de Repatriação de forma estruturada e, em alguns pontos, ampliando seu alcance. Nesse sentido, foram incorporados dispositivos sobre a inclusão de artefatos em bases de dados nacionais e internacionais, a implementação de medidas preventivas contra o tráfico de bens culturais e o fortalecimento de mecanismos de cooperação internacional, em especial a celebração de tratados e acordos bilaterais.

No art. 4º, as competências da União foram detalhadas para incluir a criação de um banco de dados nacional integrado e a análise de conformidade das instituições que receberão os bens repatriados, com garantia de infraestrutura, equipamentos e protocolos técnicos adequados. Esse dispositivo assegura que os itens repatriados sejam devidamente preservados e que a devolução ocorra de forma estruturada e respeitosa às comunidades de origem.

Outra novidade importante foi a inclusão de dispositivos que asseguram o direito de acesso das comunidades aos arquivos relacionados às suas expressões culturais tradicionais, incluindo o recebimento de cópias integrais. Também foi incorporada a exigência de consentimento livre, prévio e informado para o registro de arquivos, garantindo que esses processos respeitem as práticas e instituições tradicionais, em conformidade com a Convenção 169 da OIT.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

Por fim, o substitutivo reforça a centralidade da consulta prévia às comunidades nos casos de devolução de artefatos e arquivos de relevância identitária ou religiosa, promovendo o protagonismo dessas comunidades e assegurando que as decisões respeitem suas instituições e costumes. Afinal, a repatriação do manto do Povo Tupinambá, em que pese sua histórica importância, foi também criticada pelos indígenas, que desaprovaram posturas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em relação à transparência do processo de repatriação e quanto ao acesso ao manto. Faz-se, portanto, necessário que as comunidades sejam partícipes ativas de todas as fases do procedimento, em respeito aos seus direitos de autodeterminação.

Em síntese, a aprovação do Projeto de Lei nº 118, de 2024, é fundamental para a proteção dos direitos dos povos indígenas, a valorização de suas expressões culturais, a reparação histórica e a preservação de seu patrimônio cultural.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 118, de 2024, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada DAIANA SANTOS
PCdoB/RS
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 118, DE 2024

Institui a Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos e Comunidades Indígenas Brasileiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos e Comunidades Indígenas Brasileiros.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - povos e comunidades indígenas: povos e comunidades que descendem de populações que habitavam o país no período pré-colonial, se autorreconhecem enquanto tais e mantêm, no todo ou em parte, suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, seja qual for sua situação jurídica;

II - artefatos de povos e comunidades indígenas: qualquer objeto, material ou bem de valor cultural, histórico, artístico, religioso ou científico produzido por essas culturas, incluindo cerâmicas, utensílios, instrumentos musicais, vestimentas, armas, peças de arte, documentos e restos mortais;

III - expressões culturais tradicionais: manifestações resultantes da criatividade coletiva de povos e comunidades indígenas, abrangendo práticas, conhecimentos, saberes, rituais, celebrações, músicas, danças, artesanato, linguagens, técnicas e outros elementos com valor social, cultural ou espiritual;

IV - arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais: registros em qualquer suporte ou formato que documentem expressões culturais tradicionais, incluindo textos, imagens, gravações sonoras ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

audiovisuais, objetos, mapas, manuscritos, coleções e outras formas de registro que preservem a memória e a identidade cultural dessas comunidades.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos e Comunidades Indígenas Brasileiros, divididos em cinco eixos temáticos:

I - Repatriação, recepção e destinação de artefatos e arquivos:

a) promover a repatriação e recepção de artefatos de povos e comunidades indígenas e arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais; e

b) assegurar a devolução dos referidos artefatos e arquivos às comunidades e povos interessados, por meio de restituição ou outras formas apropriadas, com respeito às identidades, valores e significados culturais que estes bens representam;

II - Inventário, registro e monitoramento:

a) elaborar inventários de artefatos dos povos e comunidades indígenas brasileiros e de arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais e registrá-los em bases nacionais e internacionais;

b) identificar objetos culturais desaparecidos e aqueles mais vulneráveis à retirada ilícita do país ou à comercialização ilegal no mercado internacional; e

c) monitorar o tráfico de artefatos e documentos culturais para coibir práticas ilícitas;

III - Cooperação internacional e intercâmbio:

a) fomentar o diálogo, a parceria e a interlocução com governos e instituições estrangeiras e internacionais, visando à repatriação de artefatos e documentos culturais;

b) promover o entendimento mútuo entre governos, organizações internacionais e instituições nacionais e estrangeiras sobre a proteção do patrimônio cultural e o combate ao tráfico ilícito de bens culturais; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

c) promover a celebração de tratados internacionais e acordos bilaterais a fim de criar mecanismos jurídicos para a repatriação de artefatos e arquivos;

IV - Acesso e participação:

a) assegurar aos povos e comunidades indígenas o acesso às suas expressões culturais; e

b) promover a participação efetiva dos povos e comunidades interessados em todas as ações de repatriação, recepção e destinação de artefatos e arquivos;

V - Educação, conscientização e capacitação:

a) desenvolver programas educativos e de conscientização pública sobre a importância do patrimônio cultural dos povos indígenas, enfatizando sua preservação e repatriação;

b) promover e apoiar a capacitação de profissionais em áreas como antropologia, arqueologia, patrimônio cultural, restauração de bens culturais móveis e outras disciplinas correlatas, visando à identificação, catalogação e repatriação de artefatos e arquivos; e

c) promover a adequação das instituições nacionais que receberão os itens repatriados, garantindo infraestrutura, conhecimento técnico e equipamentos necessários para a conservação e gestão desses bens.

Art. 4º No âmbito da Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos e Comunidades Indígenas Brasileiros, compete à União:

I - coordenar a implementação da política, promovendo sua integração com iniciativas de preservação cultural e proteção do patrimônio cultural em nível nacional e internacional;

II - articular e executar ações de repatriação, recepção e destinação de artefatos e arquivos relacionados às expressões culturais dos povos indígenas;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

III - assegurar a devolução dos bens culturais às comunidades e povos interessados, respeitando suas identidades, valores e significados culturais;

IV - garantir a participação efetiva dos povos e comunidades interessados no planejamento e execução das ações de repatriação, recepção e destinação dos bens culturais;

V - criar e manter um banco de dados nacional integrado de artefatos e arquivos culturais, centralizando informações sobre localização, características, histórico e bens repatriados, com garantia de transparência e acesso público;

VI - alimentar bases de dados nacionais e internacionais com informações sobre o inventário de artefatos e arquivos culturais;

VII - identificar e monitorar bens culturais desaparecidos ou vulneráveis à retirada ilícita e à comercialização ilegal, adotando medidas preventivas;

VIII - implementar mecanismos de controle e vigilância para coibir o tráfico de artefatos e documentos culturais;

IX - estabelecer e fortalecer parcerias com governos, organizações internacionais e instituições estrangeiras, bem como negociar e celebrar tratados, acordos bilaterais e protocolos jurídicos internacionais, para proteger e repatriar bens culturais e monitorar o seu tráfico internacional;

X - fomentar o intercâmbio de informações e experiências com organizações nacionais e internacionais, priorizando ações conjuntas para combater o tráfico ilícito e proteger bens culturais;

XI - garantir o acesso dos povos indígenas às suas expressões culturais, promovendo a valorização de suas identidades, significados históricos e valores culturais associados;

XII - desenvolver programas de educação e conscientização sobre a importância da repatriação e da preservação de artefatos culturais e históricos e da proteção do patrimônio cultural dos povos indígenas;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

XIII - analisar as condições de conformidade de instituições nacionais responsáveis pela recepção de itens repatriados, garantindo infraestrutura, equipamentos, protocolos técnicos e recursos adequados para sua conservação e gestão;

XIV - promover e apoiar a capacitação de profissionais especializados em áreas como antropologia, arqueologia, gestão de patrimônio cultural e restauração de bens culturais móveis, para atuarem na identificação, catalogação e repatriação de artefatos e arquivos; e

XV - estabelecer critérios claros e transparentes para a repatriação de artefatos, considerando as demandas e interesses das comunidades indígenas.

Art. 5º Serão implementados mecanismos de identificação, registro e catalogação de artefatos culturais de povos e comunidades indígenas e de arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais que estejam em posse de instituições públicas, privadas, museus, colecionadores ou outros detentores, a fim de alcançar os objetivos desta política.

Art. 6º As instituições públicas e privadas que detenham artefatos culturais de povos e comunidades indígenas e arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais deverão facilitar o acesso a esses bens, respeitando as especificidades culturais das comunidades de origem e adotando medidas adequadas para sua conservação e preservação.

§1º Nos casos em que o artefato ou o arquivo for único ou possuir significação identitária ou religiosa, as instituições referidas no *caput* deverão devolvê-lo à comunidade de origem, sendo-lhes facultado manter uma réplica para fins de preservação e memória.

§2º A importância e a significação identitária ou religiosa dos artefatos e arquivos referidos no *caput* será auferida mediante consulta prévia à comunidade interessada, por meio de procedimentos adequados aos seus costumes e instituições representativas.

Art. 7º Sem prejuízo do regime jurídico referente à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional, bem como aos direitos de propriedade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Daiana Santos** – PCdoB/RS

intelectual de povos e comunidades indígenas sobre suas expressões culturais tradicionais, esses povos e comunidades têm o direito de acesso a quaisquer arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais registrados em meio físico ou digital, incluindo o direito ao recebimento de cópias integrais do material.

Parágrafo único. O registro de arquivos relacionados às expressões culturais tradicionais somente poderá ser realizado com o consentimento livre, prévio e informado dos povos e comunidades detentores dos direitos sobre essas expressões, respeitando suas instituições, costumes e práticas tradicionais, com garantia de acesso a cópias integrais do material.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada DAIANA SANTOS
PCdoB/RS
Relatora

